

Em busca da identidade desmedida – I

A Obsessão da Portugalidade – Identidade, Língua e Lusofonia



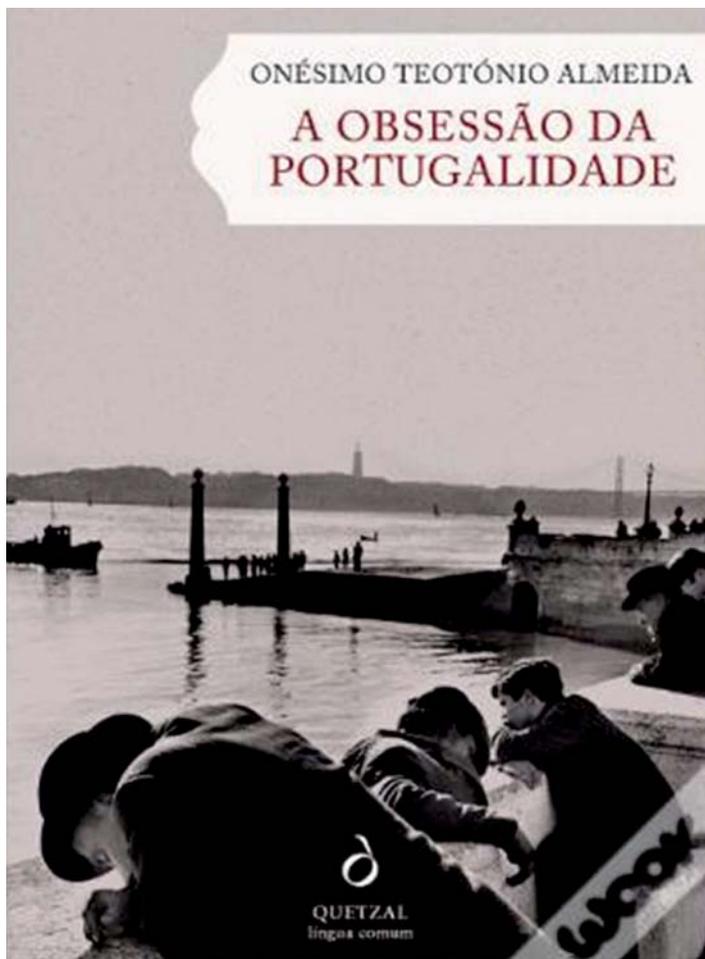
LEONARDO SOUSA

A Obsessão da Portugalidade (Quetzal, 2017) constitui uma das mais recentes obras do escritor e pensador micaelense Onésimo Teotónio de Almeida. Reúne um conjunto de ensaios, organizado ainda na década de oitenta, agora desenvolvido e alargado, em torno da identidade cultural portuguesa. Trata-se de um tema caro a este autor que, nascido numa ilha açoriana do território português, mas tendo-se fixado nos Estados Unidos da América, onde concluiu os estudos e se profissionalizou, cedo se viu entrelaçado, se assim quisermos entender, por três perspectivas distintas de Portugalidade.

No caso português, a história cruza um país de parques recursos com a expansão marítima e territorial em que foi pioneiro; cruza toda essa herança com a sua perda e, enfim, com a “redução de Portugal à sua dimensão europeia” (29). Não se afigura leve o trabalho de traçar ao próprio país de onde é oriundo um retrato identitário que é historicamente convulso, somando-se-lhe ainda as dificuldades que subjazem à definição de conceitos como “cultura” e “identidade”. Onésimo Teotónio Almeida toma claro que “não pretende trazer qualquer novidade ao debate sobre quem somos e como somos” (19), antes devolver-lhe “algum rigor conceptual” (19); e, socorrendo-se de Eduardo Lourenço, afirma que “Portugal não sofre de falta de identidade, mas de hiperidentidade” (15).

Depois de uma nota introdutória, onde se dá conta das razões que presidem à sua edição em formato de livro, *A Obsessão da Portugalidade* é uma obra estruturada sobre quatro eixos temáticos – Identidade, Língua e Lusofonia, Saudade, Mudanças Culturais e Valores – a partir dos quais se versam os motes em que se inserem, sem que isto impeça o autor de os retomar ao longo do livro, ora tendo em vista um reforço das ideias, ora visando um mais refinado aprimoramento das mesmas. Em vez de uma abordagem linear que permitisse autonomizar os assuntos, optou-se pelo estabelecimento de uma relação orgânica de interdependência entre os textos deste livro, num estilo que conjuga o tom descontraído e dialógico com o registo académico e científico, onde abundam as referências, mas também se imiscuem as memórias e os comentários autorais, resultando numa leitura fluida e espontânea, mas de onde não se denota o amolamento de eventuais excessos, que ora repetem ora, por vezes, contradizem o que ficara anteriormente dito.

Não é, pois, surpreendente que, sem demoras, no ensaio que remata a obra, o autor apresente um relativamente extenso balanço da bibliografia (30-35) que em Portugal se produziu – sobretudo após a revolução dos cravos – em torno da identidade nacional e cultural. Aferem-se, assim, dois aspectos: primeiro, que se justifica o vocábulo empregue no título – obsessão – tendo em vista a quantidade de obras que se ocupam do mote da identidade, num país que ultrapassa a margem dos oitocentos anos de história; segundo, que a literatura tem sido um veículo privilegiado dessa reflexão, tendo-lhe emprestado a voz, no decorrer do século XX, uma significativa parte dos nomes de peso do universo literário português. Permanecem as mesmas perguntas: o que é ser português? Será a nacionalidade um conceito estático ou destinado a transmutar-se por via de in-



fluências internas e externas? Que papel cumpre a categoria do estrangeirado? Será possível delinear um projecto colectivo para uma identidade cultural? Que função, actualmente, desempenha Portugal no mundo? (36)

Focando-se na questão da identidade nacional, Almeida enceta um diálogo entre as perspectivas de António José Saraiva e de Eduardo Lourenço, cruzando-as com o pensamento de David Hume, e invocando ainda autores como Thomas Reid, Carolyn Boyd, José Gil, Boaventura Sousa Santos e José Mattoso. Se, por um lado, entende que o carácter nacional é analiticamente identificável (50), por outro, distancia-se das versões mais acirradas dessa interpretação: “ainda que ficasse demonstrado (...) que o comportamento do povo (...) segue padrões inconscientes”, é necessário ter em conta que “as culturas são susceptíveis de mudança” (41). No âmbito nacional, o autor divide genericamente o debate em três grupos: os tradicionalistas e filósofos saudosistas, a que se opõe uma nova onda de cientistas sociais, e um terceiro que procura um compromisso de diálogo entre os primeiro dois. É neste terceiro grupo que o autor se parece inserir, dado que apela à descristalização dos pressupostos da tradição, mas interpela outrossim a nova geração de intelectuais a não deitar fora “o bebé com a água do banho” (61). Conclui que “a questão da identidade é (...) um conjunto de muitas e variadas questões tão pessoais que se tomam um labirinto” (87), e que a sua problemática estrutural reside no facto de se tomar para a pessoa comum – e não apenas para o cientista – uma

questão real” para que passe “a ser tratada como assunto sério pelos interessados na questão social e política” (84). Aqui, Onésimo Teotónio Almeida terá certamente aflorado o cerne do tema, se tomarmos por princípio que a identidade, não partindo de uma consciência activa de si própria, está condenada a infundáveis (quá inférteis) discursos sobre si própria. Noutras palavras, se a reflexão em torno da identidade cultural está reservada, como tem estado, a uma classe intelectualizada, ela nunca representará verdadeiramente todos aqueles que lhe passam alheios e que, não obstante, com ela partilham um tempo e um espaço.

Apesar de o orientar uma necessidade de “rigor conceptual” nas questões que se propõe abordar, a verdade é que o ensaísta opta frequentemente pela utilização da terminologia conforme o seu uso mais corrente, poucas vezes explorando o contexto etimológico ou mesmo a evolução filosófica dos significados, confirmando que a sua análise é de pendor mais empírico e pragmático do que radicalmente teórico. A palavra “cultura”, por exemplo, é sempre utilizada conforme a sua acepção antropológica, dispensando as contribuições de pensadores como Mathew Arnold ou Herbert Read, mais focados no seu sentido humanista. O leitor é amiúde remetido para outros trabalhos em que o autor se absorveu nas acepções que não couberam neste volume de ensaios.

No que respeita ao papel da língua enquanto fomentador de uma identidade cultural, tema que ocupa os três textos que compõem a segunda parte d’*A Obsessão da Portugalidade*, Almeida mantém a

mesma máxima – *meaning is use*. Reconhece-se que Portugal tem mantido com a sua língua uma relação conservadora, resistindo aos mecanismos de inovação que são próprios a organismos em constante metamorfose, e reiteradamente apoucando as variações que dela provêm, como são os casos do português de contexto brasileiro ou de contextos africanos (114, 115). No entanto, se admite que “a língua condiciona, afecta, molda de algum modo a sua mundivivência” (99), opõe-se firmemente ao “delírio pós-moderno onde todas as barreiras se diluem e todo o texto é real e todo o real texto” (97). Distancia-se, deste modo, das teses linguísticas de Edward Sapir e de Benjamin Whorf, que afirmam a língua como um organismo co-criador da realidade que percebemos. Poderá entender-se que Almeida procura, aliás afirma, não tanto negá-las, mas tão somente incorporar-se numa versão moderada das mesmas, não renunciando, ainda assim, a uma reacção contra uma explicação cabal da realidade que nelas se firme. Invocando Saussure, relembra-nos que o signo linguístico é composto por duas faces inseparáveis: o significado e o significante. A aplicação integral da hipótese Sapir-Whorf, fundamenta o autor na sua refutação, deveria provocar uma dissociação na articulação entre as faces (130), funcionando como uma bifurcação na mundivivência e no comportamento dos falantes (132). São, todavia, os exemplos apresentados por Almeida que mais depressa se aproximam da hipótese refutada do que a contestam. Note-se, na página 133:

“O neto do Professor João Botelho, residente em Somerset, Massachusetts, costumava levar para casa um amiguinho americano que se habituou a comer lá galinha cozinhada à portuguesa. O garoto depois pedia repetidamente à mãe que lhe fizesse galinha (...). A mãe foi informar-se sobre o que era. Tendo compreendido que era *chicken*, tentou várias vezes corresponder ao pedido do filho. Mas o mocito, habituado a uma galinha com outro sabor, regia negativamente. Quando a mãe insistiu com ele que galinha era *chicken*, respondeu: «Não, mãe! É só parecido com galinha!»

A peripécia linguística do amigo do neto do Professor João Botelho parece confirmar, ao invés de contrariar, as teses de Sapir e de Whorf. Perante uma segunda experiência gastronómica que não correspondia totalmente à primeira, o “mocito” não reconheceu no mesmo vocábulo uma realidade idêntica à que desejava de novo experienciar. Não estaremos, aqui, perante uma percepção bipartida – a já mencionada dissociação entre significado e significante?

A língua pode não criar imediatamente a realidade – mas imiscui-se, a longo prazo, nas estruturas culturais e nos códigos comportamentais do sujeito que, através dela, nomeia e percebe a realidade com que interage. E se é verdade que não podemos culpá-la pelas “mazelas que ainda colectivamente trazemos escondidas na algibeira” (105), é também igualmente verdade que ela as transporta para o universo ideológico de todo aquele que, antes de as desconstruir, as herde. Não é possível determinar, portanto, onde começa e termina o campo de contaminações mútuas estabelecido entre a língua e a realidade. Neste sentido, a língua é co-criadora da realidade que o sujeito experiencia – porque é reflexo, “veículo” (110), mas, em última análise, um dos derradeiros limites do diálogo que entabecemos com o mundo e da compreensão que dele podemos obter. Bastará dizer que, sem o suporte verbal, nada mais existe senão o inominável – que é também, note-se, uma palavra.

(Continua)